

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL
Sessão Solene – 18/10 – 15h30 - Plenário do Senado Federal

Está prevista Sessão Solene destinada à entrega da Condecoração da Ordem do Congresso Nacional ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux.

SENADO FEDERAL
Plenário – 18/10, às 16h

Nesta semana, o Plenário do Senado Federal fará sessão deliberativa apenas na terça-feira, 18/10, para a apreciação e deliberação de três Medidas Provisórias já deliberadas na Câmara dos Deputados na semana passada, e possíveis outras que venham a ser deliberadas pela Câmara dos Deputados nesta semana:

- **MP 1.123/2022**, que altera a Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa. (prazo de vencimento em 20/10/2022)
- **MP 1.124/2022**, que altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados em autarquia de natureza especial e transforma cargos em comissão. (prazo de vencimento em 24/10/2022)
- **MP 1.125/2022**, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (prazo de vencimento em 25/10/2022)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 18/10, às 13h55

O Plenário da Câmara dos Deputados fará sessão deliberativa apenas nesta terça-feira, para a apreciação e deliberação das seguintes Medidas Provisórias:

- **MP 1.126/2022**, que revoga a Lei nº 14.125, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.
- **MP 1.127/2022**, que altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para modificar a forma de reajuste das receitas patrimoniais da União decorrentes da atualização da planta de valores.

Também poderão ser deliberadas proposições legislativas, das quais destaca-se:

- **PL 1.906/2022**, que altera as Leis n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União e n.º 13.869, de 5 de setembro de 2019 – Lei de Abuso de Autoridade, para, cumprindo o disposto na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, dos quais o Brasil é signatário, prever medidas que reforçam a prevenção e o combate à violência contra a mulher, inclusive em seu ambiente de trabalho.

Comissão de Constituição e Justiça – 18/10, às 13h; 19/10 e 20/10, às 9h -

Plenário 01

PEC 128/2019, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

O relator, Deputado Darci de Matos (PSD/SC), apresentou parecer pela sua admissibilidade.

PEC 37/2021, que altera o art. 5º, caput, acrescenta o inciso X ao art. 170 e o inciso VIII ao §1º do artigo 225 da Constituição Federal, para dispor sobre meio ambiente e segurança climática.

A relatora, Deputada Joenia Wapichana (Rede/RR), apresentou parecer pela sua admissibilidade.

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – 19/10, às 10h -

Plenário 12

PL 3.161/2021, que dispõe sobre o exercício da profissão de detetive profissional, regulamenta a profissão, extingue a Lei Nº 3.099, de 24 de fevereiro de 1957 e o Decreto Nº 50.532, de 3 de maio de 1961, que regem sobre o funcionamento de empresas de investigações, cria o Conselho Federal de Detetives da Ordem dos Detetives do Brasil e dá outras providências.

O relator, Deputado Luiz Carlos Motta (PL/SP), apresentou parecer pela sua aprovação com substitutivo.

PL 2.286/2019, que altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que "Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O relator, Dep. Sanderson (PSL/RS), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – 19/10, às 10h -

Plenário 02

PL 5.467/2019, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, para reverter em benefício dos povos indígenas os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental cometida em terras indígenas.

O relator, Deputado Nilto Tatto (PT/SP), apresentou parecer pela sua aprovação.

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 19/10 –
13h30 - Plenário 06**

PL 1.395/2021, que acrescenta o §3º ao artigo 3º e os artigos 15-A, 21-A, 21-B, 25-A e 25-B à lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas).

O relator, Deputado Delegado Pablo (União/AM), apresentou parecer pela aprovação com emenda.